

AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ALAGOAS: UM OLHAR A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Rural development and alagoan family agriculture: a view from the information of the 2017 Agricultural Census

Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa

Economista. Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Campus Sertão. Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão. Rua Prefeito Adeildo Nepomuceno Marques, 472, Monumento. CEP: 57500-000, Santana do Ipanema, AL – Brasil. luciano.barbosa@santana.ufal.br

Tatiana Frey Biehl Brandão

Contadora. Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Doutoranda em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (FEAGRI/UNICAMP). Professora Assistente II da UFAL, Campus Sertão. tatianafbbrandao@gmail.com

Resumo: O presente artigo apresenta o perfil socioeconômico da agricultura familiar alagoana, a partir das informações constantes do Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observando algumas questões que envolvem a atual dinâmica de desenvolvimento pensada para o rural brasileiro. O trabalho foi construído a partir de informações quantitativas e fez uma análise exploratória acerca do cenário da agricultura familiar no Estado de Alagoas, correlacionando com referenciais teóricos sobre desenvolvimento rural. As informações quantitativas foram obtidas do Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). Chegou-se à conclusão de que a agricultura familiar alagoana passa por um processo de reorganização produtiva e que dialoga com problemáticas que envolvem as discussões e ações inerentes ao processo de desenvolvimento rural que vem ocorrendo no Brasil pós-anos 2000. Grande parte disso, advém do enfraquecimento do setor produtivo canavieiro alagoano, que tem demandado dos atores produtivos novos rumos para o desenvolvimento rural e para a reprodução socioeconômica da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Diversificação Produtiva; Desenvolvimento Rural; Alagoas.

Abstract: This article aims to analyze the socioeconomic profile of family farming in Alagoas, based on information from the 2017 Census of Agriculture, of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), observing some issues that involve the current development dynamics thought for the Brazilian rural. The work was built from quantitative information and seeks to make an exploratory analysis about the family farming scenario in the state of Alagoas, correlating with theoretical references on rural development. Quantitative information was obtained through the IBGE Automatic Recovery System (SIDRA), based on data from the 2017 Census of Agriculture. It was concluded that family farming in Alagoas is undergoing a process of productive reorganization and that it dialogues with problems that involve the discussions and actions inherent to the rural development process that has been taking place in Brazil after the 2000s. A large part of this, comes from the weakening of the sugar cane production sector in Alagoas, which has been demanding new directions for rural development and socioeconomic reproduction of family farming.

Keywords: Family farming; Productive Diversification; Rural Development; Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

O rural se apresenta como um dos pilares identitários do Estado de Alagoas até os dias atuais. Difícil discutir Alagoas, em suas diversas dimensões (social, política, cultural, econômica, ecológica e espacial), sem debater o papel que o rural e os sistemas produtivos agropecuários exercem sobre as políticas governamentais, a dinâmica social e econômica deste Estado. Em Alagoas, desde o período da Colonização do Brasil, a cultura canavieira já detinha importante papel para o desenvolvimento socioeconômico estadual, seja na produção em larga escala de cana-de-açúcar e/ou na produção em escala de açúcar pelos engenhos locais (LIRA, 2007; DIÉGUES JÚNIOR, 2006).

Ainda, segundo Diegues Junior (2006), o Estado alagoano, desde sua formação como território independente de Pernambuco (1817), tem na agricultura sua base econômica, principalmente, a monocultura da cana-de-açúcar. Além disso, em sua obra, afirma que costumes sociais e culturais alagoanos, economia, povoamento, crenças, posições políticas, dentre outros fatores, estão arraigadas na monocultura canavieira.

Já no século XX, Alagoas se destacava na produção de algodão, milho, feijão, carne bovina, leite de vaca, dentre outras atividades agrícolas e produtos da pecuária, além da cultura da cana-de-açúcar. Entretanto, apesar da diversidade de culturas agropecuárias e de atividades produtivas existentes no rural alagoano, a cultura canavieira exercia influência e poder sobre atores e instituições que elaboravam e executavam as agendas de desenvolvimento sobre o território alagoano. Além disso, novos atores foram se inserindo neste cenário, ou sendo ressignificados, como os agricultores familiares, os quais eram percebidos pelos planejadores do desenvolvimento rural, agrário e agrícola como entraves ao processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Infelizmente, tal percepção ainda é vista atualmente, porém foi amenizada, principalmente, pós-políticas públicas e de dinamização dos pequenos agricultores, adotadas nos anos 2000, que geraram mais oportunidades produtivas e inseriram vários agricultores familiares no sistema comercial. Isso aconteceu, basicamente, a partir dos mercados institucionais, com políticas agrícolas e de desenvolvimento rural condu-

zidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o incentivo à melhoria dos níveis de segurança alimentar local (BARBOSA, 2013).

Este contexto fortaleceu a agricultura familiar alagoana. Porém, muito aquém do que é necessário para potencializar e gerar um ambiente favorável a um desenvolvimento rural sustentável no Estado, inclusive na perspectiva de proporcionar maior inclusão e dinamização da agricultura familiar, uma vez que esse grupo social (ou agente econômico) se apresenta de forma muito heterogênea, no que concerne à cultura, perfil produtivo, perfil dos estabelecimentos agropecuários, poder e aporte econômico, estado de conservação ecológico dos agroecossistemas de seus estabelecimentos agropecuários e dos territórios onde estão inseridos, acesso a políticas públicas, lógica reprodutiva etc. Neste artigo, a heterogeneidade dos agricultores familiares alagoanos é explicitada na análise do seu perfil socioeconômico com uso de dados do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise é articulada com algumas questões que envolvem a atual dinâmica de desenvolvimento pensada para o rural brasileiro.

Para a construção do texto, realizou-se uma análise exploratória acerca do cenário da agricultura familiar no Estado de Alagoas com o uso de informações quantitativas, correlacionando com referenciais teóricos sobre desenvolvimento rural brasileiro. No que se refere às questões teóricas sobre desenvolvimento rural brasileiro, foi realizada uma revisão de literatura, tendo como base textos científicos produzidos sobre o tema.

Em relação às informações quantitativas, foram coletados e sistematizados dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), tendo como base analítica o Censo Agropecuário de 2017. No que se refere à agricultura familiar, esta pode ser conceituada a partir da Lei n. 11.326 de 2006 e do Decreto n. 9.064 de 2017, o qual considera como agricultores familiares: os produtores rurais que utilizam majoritariamente a mão de obra familiar em seus estabelecimentos rurais, além de seguir as seguintes condições:

Art. 3º A UFPA e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos:

I - Possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;

II - Utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;

III - Auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e

IV - Ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (BRASIL, 2017).

Para a execução do objetivo proposto, este artigo foi dividido em oito seções, contando esta Introdução. Sendo assim, as seções que serão desenvolvidas no transcorrer deste trabalho são: (2) Desenvolvimento rural e a agricultura familiar brasileira; (3) Caracterizando a agricultura familiar em Alagoas; (4) Cenário produtivo da agricultura familiar; (5) Meio ambiente e agricultura familiar; (6) Pessoal ocupado na agricultura familiar; (7) Movimentação financeira e renda dos estabelecimentos agrícolas familiares; e (8) Considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

Discutir e pensar o desenvolvimento para o ambiente rural, na atualidade, consiste em vislumbrar a elaboração e execução de agendas e estratégias que vão muito além do que o fomento às práticas produtivas de cunho agrícola, mesmo sendo a agricultura a principal atividade produtiva desse ambiente.

O rural demanda um processo de desenvolvimento que, não só busque, mas efetive a geração de melhores condições de vida e que preserve/conserva os ecossistemas aí existentes. Contudo, esta demanda passa pela construção de um processo de desenvolvimento rural que contemple a diversidade de identidades culturais, sistemas socioprodutivos e de coevolução com os ecossistemas existentes nos territórios rurais. Por outro lado, tal demanda fundamenta-se em um processo de desenvolvimento rural que incentive e fomente a diversidade de atividades produtivas socioeconômicas, seja de

cunho agrícola ou não agrícola, estando estas atreladas a diversos setores da economia.

Esta nova realidade, na qual emergiu um novo rural brasileiro, propicia a criação de condições favoráveis para que os agricultores familiares possam permanecer no campo, desenvolvendo ou não atividades voltadas à produção agropecuária, mas de forma a contemplar os modos e projetos de vida adotados e vislumbrados pelas famílias rurais. Além disso, esta nova realidade se expressa por meio dos modos de vida e da organização dos sistemas socioprodutivos que são fruto da diversidade de identidades culturais e das dinâmicas ecossistêmicas existentes no território e que podem potencializar ou limitar o transbordamento de modelos exógenos de desenvolvimento rural na dinâmica territorial.

Neste contexto, Feijó (2011, p. 6) explica que atualmente o desenvolvimento rural é um conceito que abrange “[...] mais do que o apoio à produção agropecuária, hoje se pensa em como valorizar um dado território viabilizando nele um conjunto variado de atividades econômicas e não apenas as produções agrícola e pecuária”. Já Carneiro (2009) considera a agricultura como apenas mais uma das ocupações existentes no ambiente rural, uma vez que está havendo nesse ambiente uma expansão de práticas econômicas que combinam atividades agrícolas com outras atividades socioeconômicas (atividades não-agrícolas).

Porém, o sistema produtivo no ambiente rural está estruturado de uma forma bastante desigual. Os produtores de maiores porte e aporte financeiro são os que controlam o capital disponível para o fomento do setor agropecuário e a obtenção das terras férteis, além de seus estabelecimentos rurais estarem próximos a locais que detêm a melhor infraestrutura. Desta forma, estão sendo privilegiados em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos (ALTIERI, 2004); diga-se de passagem, que esta é a situação da maioria dos agricultores brasileiros, principalmente, na região Nordeste.

Neste sentido, os agricultores familiares com menor aporte econômico possuem, em geral, uma dependência de recursos financeiros para desenvolver suas atividades produtivas que, por sua vez, demandam muito dinheiro. Além disso, a forma desigual de inserção comercial e desenvolvimento do sistema produtivo acabam por excluir

ou marginalizar os agricultores familiares pouco capitalizados (TEDESCO; VIEIRA, 2006).

Mesmo ultrapassando tais barreiras e alcançando esses mercados, os agricultores mais descapitalizados acabam gerando impactos ambientais nos seus agroecossistemas. Tais impactos, na maioria das vezes, não são considerados externalidades ou não são internalizados, para evitar perda de competitividade perante os concorrentes, devido à tendência em se elevar os preços dos produtos em relação aos dos demais produtores.

Deste modo, Hespanhol (2008, p. 86) argumenta que “[...] a agricultura familiar tem cada vez menos espaço para participar da produção de commodities agrícolas, tendo melhor alternativa a diversificação produtiva [...]”. Sendo assim, observa-se que os produtores de menor porte e reduzido aporte financeiro estão recorrendo ao desenvolvimento de sistemas produtivos mais diversificados; organizando ou se inserindo em circuitos comerciais alternativos e mais condizentes com suas singularidades. Circuito estes que buscam propiciar, além de redução dos custos comerciais e maior interação entre os produtores e consumidores, a melhoria nos níveis de segurança alimentar locais (mercados de proximidade e institucionais) e de renda dos agricultores familiares.

Associada ao cenário apresentado, vem emergindo nas últimas três décadas no rural brasileiro, uma realidade socioeconômica alicerçada no processo de acumulação flexível. Assim, segundo Etges (2001, p. 139), há de se levar em conta que “[...] discutir desenvolvimento rural no contexto de regime de acumulação flexível, nos leva a considerar a diversidade, a não padronização e a valorização da diferença como elementos potenciais para geração de desenvolvimento futuro”.

Sendo assim, pensar a agricultura familiar brasileira a partir da acumulação flexível se constitui em um processo de mudança paradigmática acerca das formas de se encarar e inserir novas práticas produtivas, modos de inserção e alocação da força de trabalho das famílias rurais, de desenvolvimento e inserção em circuitos comerciais diferenciados, de obtenção de múltiplas rendas (inclusive de forma monetizada ou não) etc. Deste modo, o processo de acumulação flexível abre espaço para se elaborar e concretizar formas de se planejar e efetivar o desenvolvimento no ambiente rural divergente do propos-

to pelo sistema de acumulação intensiva. Neste contexto, Alentejano (2001, p. 157), aborda que:

[...] a diversificação das formas de organização na agricultura, com multiplicação de estratégias complementares de reprodução dos agricultores, que envolve, inclusive, o recurso a outras atividades, seja o assalariamento urbano, seja a transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, seja o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural. O fundamental é perceber que essas múltiplas estratégias representam o caminho, às vezes único, para assegurar a reprodução da unidade familiar agrícola, quer porque a renda dita complementar é essencial, quer porque a especialização na atividade agrícola não aparece como opção desejável para os descendentes.

Diante deste contexto de novos paradigmas de fomento e efetivação de agendas de desenvolvimento rural no Brasil, torna-se importante refletir sobre como a agricultura familiar se posiciona frente a este ambiente em emergência. Isto decorre do fato de que é notório que a agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada (heterogênea), incluindo desde famílias que estão em condições de extrema pobreza, sobrevivendo da exploração de seus minifúndios até produtores altamente capitalizados que estão inseridos nos sistemas agroindustriais nacionais e internacionais. Tal heterogeneidade é derivada de alguns fatores, tais como: (i) a própria formação dos grupos ao longo da história; (ii) as diversas heranças culturais; (iii) as experiências profissional e de vida particular dos agricultores; e (iv) o diferenciado acesso dos agricultores aos recursos naturais e à capacitação técnica. Além disso, essa heterogeneidade pode estar associada: (i) à inserção dos grupos de agricultores em paisagens agrárias muito diferentes; (ii) ao acesso diferenciado aos mercados (seja ele nacional e/ou internacional); e (iii) à inserção socioeconômica dos agricultores resultante tanto das condições particulares dos vários grupos como das oportunidades criadas pela dinâmica da economia, pelas políticas públicas, etc (BUAINAIN et al., 2005; GUANZIROLI et al., 2001).

Dito isto, as seções seguintes buscam entender como a agricultura familiar alagoana vem sendo influenciada e dialoga com o quadro descrito nesta seção e como isso se reflete no processo de desenvolvimento rural para o Estado de Alagoas. Para esta análise, serão usados como referência os dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE,

pois o Censo se apresenta como um quadro-cenário do que vem ocorrendo no rural brasileiro, incluindo aí, o que ocorre em Alagoas.

3 CARACTERIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR EM ALAGOAS

Para entender a dinâmica da agricultura familiar alagoana e como ela reflete no processo de desenvolvimento rural do Estado é necessário compreender, primeiro, o perfil tanto dos agricultores como dos estabelecimentos agropecuários ali existentes.

Neste sentido, o ambiente rural de Alagoas passa por um processo de transformação que se intensificou a partir dos anos 2000. Inicialmente, sobre a reorganização produtiva do rural, passando recentemente pela reorganização econômica do Estado. Contudo, nesse processo, a agropecuária e, principalmente, a agricultura familiar, ainda se apresentam como elementos essenciais ao processo de desenvolvimento socioeconômico estadual.

Assim, de uma área de 2.776.766 hectares, Alagoas possui 66,80% do território coberto por áreas componentes de ambientes rurais, sendo que os estabelecimentos agropecuários ocupam 1.636.712 hectares (58,94% da extensão territorial do Estado); as terras indígenas ocupam 25.218 hectares (0,91% da extensão territorial do Estado); e as unidades de conservação ocupam 193.030 hectares (6,95% da extensão territorial do Estado) (IBGE, 2019). Ou seja, numa perspectiva de gestão espacial, o ambiente rural deve ser visto e incluído nos debates e propostas de desenvolvimento, seja no âmbito do desenvolvimento de sistemas produtivos (agrícola ou não) ou da reorganização das formas como são ocupadas as terras, por exemplo, ao se discutir projetos de expansão da área urbana.

Por outro lado, está havendo um processo de reorganização produtiva agropecuária em Alagoas, na qual áreas utilizadas na produção de cana-de-açúcar pertencentes à agricultura não familiar, estão sendo destinadas a outras culturas agrícolas (predominantemente as não alimentícias) ou ficando em estado de ociosidade. Esta área poderia ser redistribuída para os agricultores familiares, associada a uma agenda de incentivo produtivo, atrelado a um processo de desenvolvimento rural, que vislumbrasse as potencialidades deste segmento produtivo e das novas oportunidades socioeconômicas propiciadas por este novo ambiente sociocultural e econômico no qual está inserido o rural do século XXI.

Este contexto de má distribuição da terra vem sendo debatido por diversos pesquisadores que estudam o rural alagoano, a exemplo de Lira (2007) e Veras (2011). O último autor apontou, inclusive, que a concentração de terra se elevou de um índice de 0,858 para 0,871 no período de 1985 a 2006. Infelizmente, ainda se verifica uma concentração substancial de terra em poucos estabelecimentos, uma vez que, em 2017, 83,59% dos estabelecimentos agropecuários alagoanos detinham apenas 33,67% das terras agrícolas do Estado (Tabela 1).

Desta forma, com as possibilidades que vêm sendo proporcionadas para a agricultura familiar brasileira nos últimos anos, Alagoas poderia ter realizado uma correção na forma como estão distribuídas as terras agropecuárias, gerando um ambiente favorável a um maior desenvolvimento no ambiente rural. Até porque a agricultura familiar se constitui em um grupo importante para o rural alagoano, haja vista que dos 98.542 estabelecimentos agropecuários, 82.369 são caracterizados como familiares (83,59% do total), frente aos 16.173 caracterizados como não familiares (16,41% do total).

Tabela 1 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários em Alagoas – 2017

Variáveis	Agricultura (total)		Agricultura familiar		Agricultura	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Não familiar	%
Estabelecimentos Agropecuários	98.542	100,00	82.369	83,59	16.173	16,41
Área dos Estabelecimentos Agropecuários (Hectares)	1.636.712	100,00	551.034	33,67	1.085.678	66,33

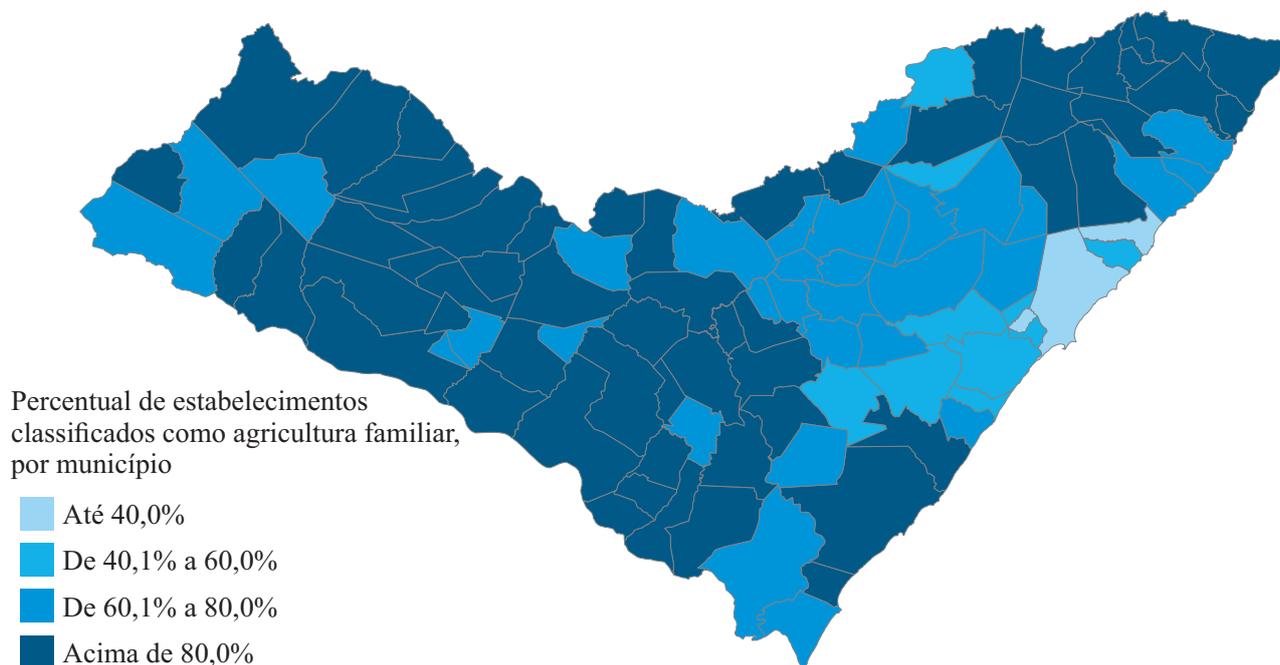
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Este cenário dificulta o desenvolvimento dos estabelecimentos agropecuários familiares que, como se observa em todo o Brasil, detêm pequenas extensões de terra, na maioria das vezes consideradas minifúndios, mas que possuem potencialidades que poderiam ser mais bem aproveitadas caso houvesse uma agenda de incentivos mais alinhadas as suas singularidades. No caso de Alagoas, ainda, conforme se verifica na Figura 1, há predominância de estabelecimentos agropecuários

familiares nas Mesorregiões do Agreste e do Sertão Alagoano.

Estas são regiões que possuem restrições edafoclimáticas e necessitam de aparato tecnológico, extensão e assistência técnica e incentivo governamental, condizentes com os modos e projetos de vida das famílias rurais destas localidades. Inclusive, nos últimos 10 anos, têm sido afetadas por secas sucessivas com impactos negativos sobre a produção agrícola e a criação de animais, principalmente, a bovinocultura leiteira.

Figura 1 – Percentual de estabelecimentos caracterizados como de agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos, por municípios em Alagoas (2017)



Fonte: IBGE (2019, p. 101), adaptado pelos autores.

Em relação às áreas dos estabelecimentos agropecuários, este se constitui em um problema ao desenvolvimento da agricultura familiar alagoana, pois 30,13% deles detêm área de até um hectare. Se for elevado o ponto de corte até cinco hectares, o contingente se amplia para 67,54%, e, se ampliado até 10 hectares, alcançará 83,56% das explorações familiares (Tabela 2).

Tais números sinalizam um cenário que pode inviabilizar agendas que busquem o desenvolvimento, mas não contemplem as particularidades

agrárias do rural em Alagoas. Além do que, com este quantitativo de área ocupado por unidades familiares, fica difícil pensar em um desenvolvimento agrícola atrelado a modelos produtivos demandantes de escala de produção para o segmento. Assim, a diversificação produtiva agropecuária, bem como, o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, inclusive de forma associada, poderia proporcionar uma melhoria das condições socioeconômicas deste grupo de agricultores.

Tabela 2 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários de Alagoas por grupos de área total (2017)

Grupo de área total	Agricultura (total)		Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Número absoluto	%
Mais de 0 < 0,1 ha	709	0,72	542	0,66	167	1,03
De 0,1 < 0,2 ha	1.653	1,68	1.353	1,64	300	1,85
De 0,2 < 0,5 ha	8.908	9,04	7.453	9,05	1.455	9,00
De 0,5 < 1 ha	18.142	18,41	15.470	18,78	2.672	16,52
De 1 < 2 ha	16.018	16,25	13.800	16,75	2.218	13,71
De 2 < 3 ha	6.784	6,88	5.820	7,07	964	5,96
De 3 < 4 ha	7.888	8,00	6.829	8,29	1.059	6,55
De 4 < 5 ha	4.977	5,05	4.366	5,30	611	3,78
De 5 < 10 ha	15.087	15,31	13.192	16,02	1.895	11,72
De 10 < 20 ha	8.252	8,37	7.099	8,62	1.153	7,13
De 20 < 50 ha	5.276	5,35	4.302	5,22	974	6,02
De 50 < 100 ha	1.933	1,96	1.167	1,42	766	4,74
De 100 < 200 ha	1.067	1,08	362	0,44	705	4,36
De 200 < 500 ha	718	0,73	49	0,06	669	4,14
De 500 < 1.000 ha	220	0,22	-	-	220	1,36
De 1.000 < 2.500 ha	105	0,11	-	-	105	0,65
De 2.500 < 10.000 ha	40	0,04	-	-	40	0,25
De 10.000 ha e mais	9	0,01	-	-	9	0,06
Produtor sem área	756	0,77	565	0,69	191	1,18
Total	98.542	100,00	82.369	100,00	16.173	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

No que se refere ao sexo do produtor, 76,53% (75.416) dos estabelecimentos agropecuários alagoanos são chefiados por homens. Entre os estabelecimentos familiares, 24,59% (22.946) são chefiados por mulheres, enquanto nos não familiares as mulheres chefiam 16,65% (2.693) dos estabelecimentos agropecuários. Cabe salientar, que analisando apenas o universo de estabelecimentos agropecuários com produtor do sexo feminino, observa-se que 88,26% dos estabelecimentos são caracterizados como familiares (IBGE/SIDRA, 2019). Este quantitativo,

apesar de pequeno é muito importante para um Estado fortemente patriarcalista no meio rural, principalmente, no contexto das Regiões do Agreste e do Semiárido Alagoano.

Outra informação extraída do Censo Agropecuário 2017 é que 74,98% das pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários em Alagoas residem no estabelecimento. No que se refere à agricultura familiar, 77,25% dos produtores residem em suas unidades de produção. Vale salientar aqui, que houve melhora na infraestrutura dos municípios interioranos de

Alagoas, seja na perspectiva de acesso à energia elétrica, água e internet, principalmente. Por exemplo, observa-se que 80,28% do total de estabelecimentos alagoanos detinham energia por ocasião da realização do último Censo. Deste quantitativo 80,45% dos estabelecimentos agropecuários familiares detinham energia elétrica, frente a 79,42% dos não familiares (IBGE/SIDRA, 2019). Interessante observar que o contingente percentual é bem próximo, mas que levadas em conta as diferenças nos acessos a infraestrutura, serviços e poder econômico entre estas duas categorias sociais, se aponta uma tendência de melhoria nas condições socioprodutivas dos estabelecimentos agropecuários familiares alagoanos.

Já quanto à condição do produtor em relação às terras, percebe-se que há predominância de estabelecimentos agropecuários dos quais o agricultor é o proprietário. Por exemplo, 78,62% dos estabelecimentos da agricultura familiar apresentam-se nessa condição. No entanto, existem situações que podem dificultar o acesso a crédito ou a participação em políticas públicas de incentivo à agropecuária. Esse é o caso dos agricultores familiares que estão na condição de ocupante (2,84% dos estabelecimentos agropecuários), pois sem a documentação necessária, esses agricultores não poderão acessar políticas públicas, seja de produção, escoamento ou de crédito rural (Tabela 3).

Tabela 3 – Condição dos produtores em relação às terras no Estado de Alagoas (2017)

Condição do produtor em relação às terras	Agricultura (total)				Agricultura familiar				Agricultura não familiar			
	Estabelecimento agropecuário		Área dos Estabelecimentos agropecuários		Estabelecimento agropecuário		Área dos Estabelecimentos agropecuários		Estabelecimento agropecuário		Área dos Estabelecimentos agropecuários	
	Número absoluto	%	Hectares	%	Número absoluto	%	Hectares	%	Número absoluto	%	Hectares	%
Proprietário(a)	77.182	78,32	1.510.635	92,30	64.761	78,62		88,32	12.421	76,80	1.023.940	94,31
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	4.790	4,86	29.605	1,81	4.306	5,23	25.632	4,65	484	2,99	3.972	0,37
Arrendatário(a)	2.591	2,63	38.496	2,35	2.149	2,61	5.467	0,99	442	2,73	33.029	3,04
Parceiro(a)	3.241	3,29	19.372	1,18	2.603	3,16	9.855	1,79	638	3,94	9.517	0,88
Comandatário(a)	7.048	7,15	27.338	1,67	5.643	6,85	18.073	3,28	1.405	8,69	9.265	0,85
Ocupante	2.934	2,98	11.267	0,69	2.342	2,84	5.311	0,96	592	3,66	5.956	0,55
Produtor sem área	756	0,77	-	-	565	0,69	-	-	191	1,18	-	-

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Neste sentido, os agricultores familiares que já possuem estabelecimentos agropecuários com pequena extensão de terras, se veem em uma situação de relação precária, no que concerne à propriedade da terra (assentado sem titulação definitiva, arrendatário, parceiro, ocupante e produtor sem área). Por sua vez “Esse fenômeno se traduz em dificuldades adi-

cionais junto ao sistema financeiro para acessar crédito agrícola ou obter assistência da rede institucional de orientação técnica e extensão rural” (ALAGOAS, 2016, p. 19). Logo, dificultando o desenvolvimento produtivo (agrícola e não-agrícola) e socioeconômico dos estabelecimentos familiares e gerando um entrave ao processo de desenvolvimento rural.

Apesar das questões levantadas, a partir do quadro apresentado para a agricultura familiar, apenas 9,22% dos estabelecimentos caracterizados como familiares são associados a alguma cooperativa e/ou entidade de classe. Observa-se que a principal forma de associação dos agricultores familiares é a participação em entidade de classe/sindicatos, 22,85% dos estabelecimentos (IBGE/SIDRA, 2019).

Essa forma de associação é extremamente importante, pois fortalece o grupo, porém não exclui a necessidade de desenvolver o capital social a ponto das formas associativas, também, contemplarem os processos de produção e escoamento da produção via Associação e/ou Cooperativa, pois as áreas produtivas, em sua maioria, são consideradas pequenas para a produção agropecuária. Neste caso, essas instituições poderiam alavancar a inserção comercial via associação para escoamento da produção em quantidade, ou via acesso a mercados diferenciados com elevados custos de transa-

ção, como mercado orgânico e de procedência de origem (BARBOSA, 2007, 2013). Mas não apenas no sentido restrito da produção agrícola, pois formas associativas de gestão de sistemas produtivos poderiam ser utilizadas para o desenvolvimento de atividades não agrícolas, como o turismo rural ou a agroindustrialização, podendo aproveitar o *know how* adotado na política para o turismo já praticado no Estado.

Outro ponto negativo consiste na prestação de orientação técnica aos agricultores familiares (Tabela 4). Um quadro alarmante foi observado, uma vez que dos 82.369 estabelecimentos familiares, apenas 5,07% recebem orientação técnica. Mas esse não é um panorama notado unicamente na agricultura familiar. No cômputo geral, dos 98.542 estabelecimentos agropecuários alagoanos, apenas 6,18% recebem orientação técnica. Já em relação aos estabelecimentos agropecuários não familiares, 11,80% recebem orientação técnica.

Tabela 4 – Número de produtores atendidos e origem da orientação técnica recebida pelos estabelecimentos agropecuários de Alagoas – 2017

Origem da orientação técnica recebida	Agricultura (total)		Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Número absoluto	%
Recebe	6.085	6,18	4.177	5,07	1.908	11,80
Governo (federal, estadual ou municipal)	2.619	2,66	2.105	2,56	514	3,18
Própria ou do próprio produtor	1.989	2,02	909	1,10	1.080	6,68
Cooperativas	1.009	1,02	803	0,97	206	1,27
Empresas integradoras	112	0,11	76	0,09	36	0,22
Empresas privadas de planejamento	73	0,07	30	0,04	43	0,27
Organização não-governamental (ONG)	43	0,04	27	0,03	16	0,10
Sistema S	49	0,05	32	0,04	17	0,11
Outra	484	0,49	346	0,42	138	0,85
Não recebe	92.457	93,82	78.192	94,93	14.265	88,20
Total de Estabelecimentos Agropecuários	98.542	100,00	82.369	100,00	16.173	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Tal fato compromete o desenvolvimento socioeconômico dos estabelecimentos agrope-

cuários alagoanos, principalmente os familiares, seja para o desenvolvimento de atividades

produtivas agrícolas ou não-agrícolas. Nesse ambiente precário de prestação de orientação técnica à agricultura familiar, verificou-se que 6,78% que fazem uso de adubação recebem orientação técnica. Não é diferente do quantitativo de estabelecimento familiares que informaram fazer uso de adubação orgânica e que recebem orientação técnica (7,90%). Preocupante, ainda, é observar que em um contexto de discussão sobre alimentação saudável e segura, e de contaminação de alimentos por insumos químicos acima do permitido, apenas 6,23% dos estabelecimentos familiares que fazem uso de agrotóxico tenham afirmado receber orientação técnica (IBGE/SIDRA, 2019).

Já no caso dos estabelecimentos familiares que possuem acesso a sistema de irrigação, apenas 12,34% recebem orientação técnica para a sua utilização. Este é outro caso que preocupa, pois o mau uso dos sistemas de irrigação (usar água em excesso na produção agrícola) pode gerar problemas no solo, desde a erosão à salinização, com consequências mais graves em estabelecimentos situados no semiárido, onde há severa restrição desse recurso natural.

Porém, o quadro citado não é verificado apenas em estabelecimentos familiares. Na agricultura não familiar, o contingente de estabelecimentos que recebem orientações técnicas para o uso dos insumos mencionados não chega a 20%, em todos os casos de uso, exceto no caso da irrigação, em que 30,60% afirmam receber orientação técnica.

Portanto, a agricultura familiar alagoana é submetida a diversos fatores limitantes, ao tempo que devido ao seu perfil heterogêneo, pode-se vislumbrar possibilidades, caminhos para a superação dos problemas aqui apresentados. Entretanto, cabe às instituições governamentais disponibilizarem instrumentos, por meio de políticas públicas, para que os agricultores familiares potencializem seus sistemas de produção agrícola e não-agrícola a partir de suas singularidades e de seus modos e projetos de vida.

Neste contexto, na próxima seção será apresentado e debatido o cenário produtivo emergente do perfil, aqui exposto, acerca da agricultura familiar alagoana.

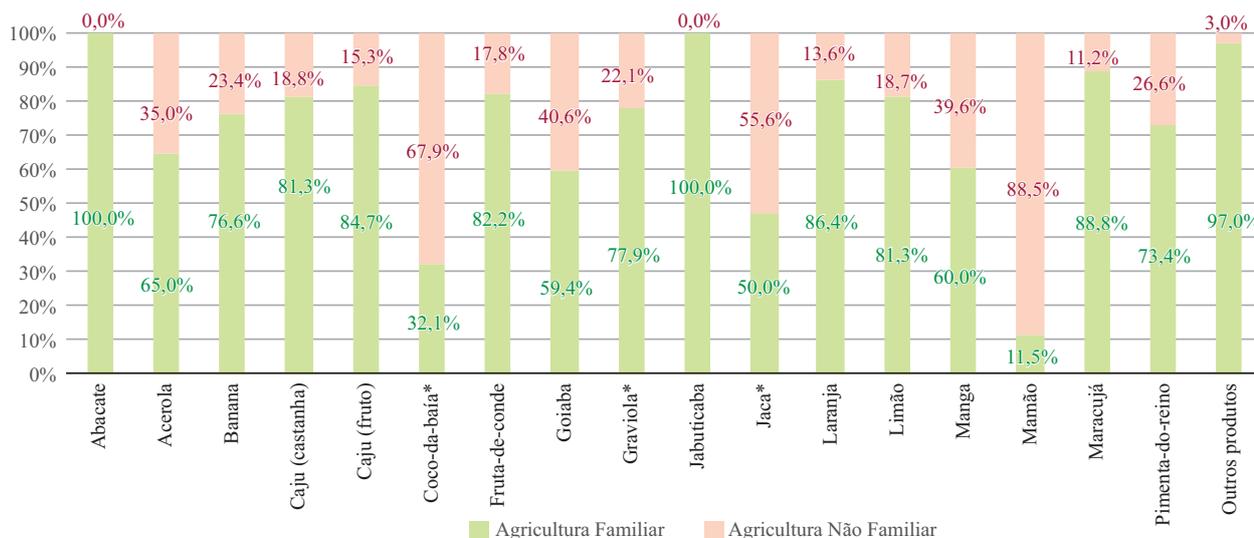
4 CENÁRIO PRODUTIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Tendo em consideração tanto as limitantes como o perfil heterogêneo dos estabelecimentos agropecuários familiares, assim como, as especificidades edafoclimática de cada Mesorregião do Estado de Alagoas, é possível vislumbrar o cenário e o potencial produtivo bem diverso que existe em Alagoas. Assim, não é de se estranhar a diversidade de atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas sendo desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários familiares alagoanos. Todavia, o cenário encontrado não é o ideal, pois o estágio de desenvolvimento não é satisfatório.

Por outro lado, há um cenário produtivo importante para a reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, frente à possibilidade de inserção produtiva e comercial em diversos mercados, seja de cunho agropecuário e/ou não-agrícola (que, geralmente, remunera melhor os agricultores). Neste cenário, há espaço para que a família organize estratégias que permitam a participação dos membros da família (alocação da mão de obra familiar) em diversas fases do sistema produtivo (da produção à comercialização) ou no desenvolvimento de outras atividades produtivas não-agrícola, como turismo rural.

Neste sentido, observando o Gráfico 1 a seguir, verifica-se a importância da participação da agricultura familiar na produção das lavouras permanentes. Isto é notório ao se analisar que dos 18 itens apresentados no Gráfico, 15 têm acima de 50% de sua produção oriunda da agricultura familiar, destacando-se o abacate e a graviola (100% da produção), além do maracujá (88,8% da produção).

Gráfico 1 – Participação da agricultura familiar e não familiar na quantidade de toneladas produzidas pelas principais lavouras permanentes de Alagoas, 2017 (Em %)



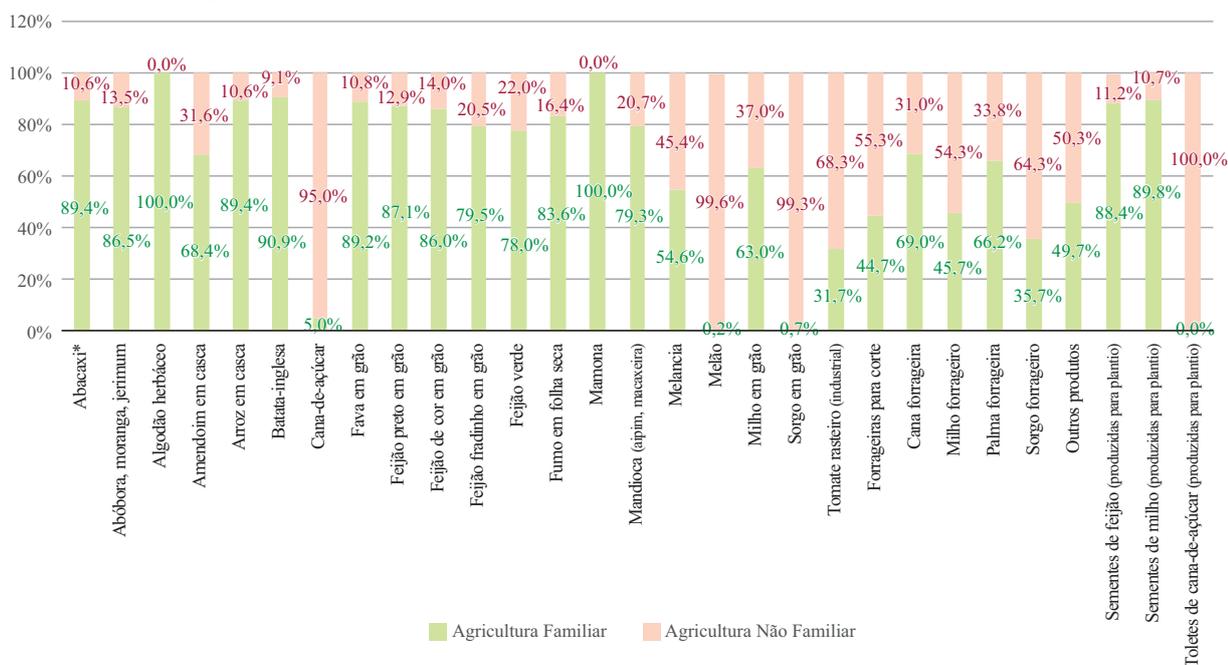
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: * quantidade em mil frutos.

Nas lavouras temporárias, bem como nas permanentes, a agricultura familiar se sobressai com importante participação na produção. Veja-se que, dos 29 itens apresentados no Gráfico 2, 20 têm na agricultura familiar o seu principal produtor. Ênfase deve ser dada às produções de algodão herbáceo e mamona (100% da pro-

dução), batata-inglesa (90,9% da produção), sementes de milho para plantio (89,8% da produção), abacaxi e arroz em casca (89,4% da produção). Nota-se ainda, que a agricultura familiar produz cana-de-açúcar que utiliza na sua produção artesanal de cachaça e rapadura, bem como fornece às usinas sucoenergéticas.

Gráfico 2 – Participação da agricultura familiar e não familiar na quantidade de toneladas produzidas pelas principais lavouras temporárias de Alagoas, 2017 (Em %)



Fonte: Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

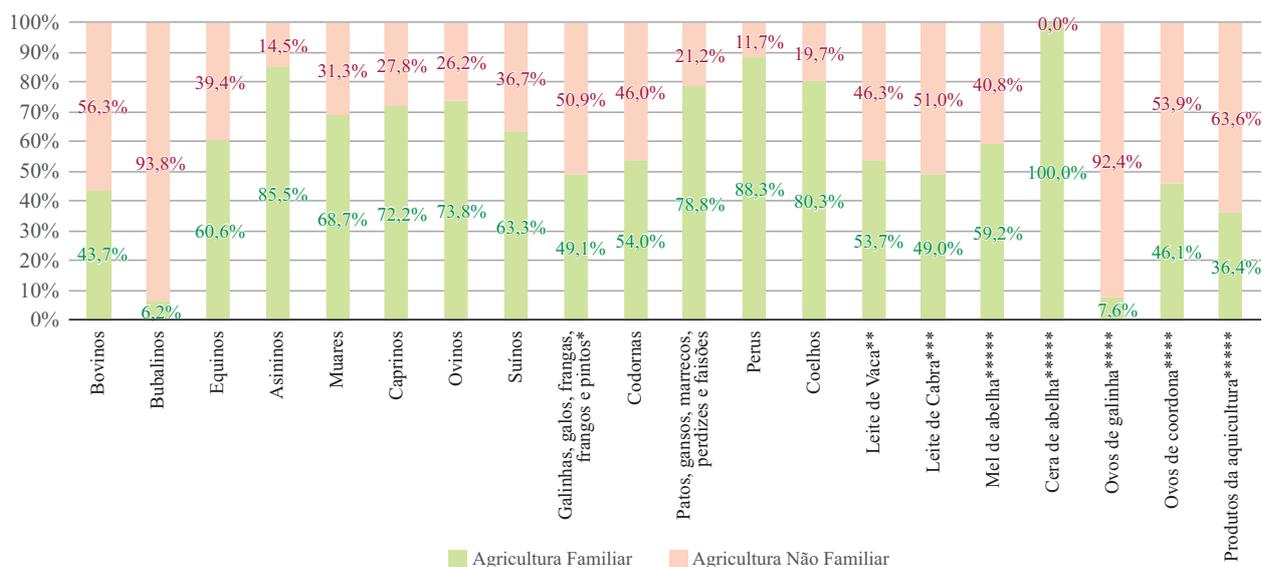
Nota: * quantidade em mil frutos.

No mesmo Gráfico, verifica-se que a agricultura familiar é responsável pela produção de grande parte dos alimentos destinados ao mercado interno de Alagoas, tais como: feijões, arroz, batata-inglesa etc. Diante dos números, é possível afirmar a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar local, devido ao seu potencial de abastecimento alimentar.

Além da produção agrícola, a pecuária se destaca no Estado de Alagoas, com importan-

te participação da agricultura familiar (Gráfico 3). Dos 20 rebanhos e produtos pecuários apresentados, 13 têm na agricultura familiar a sua principal origem. Dentre os produtos, pode ser dada ênfase à criação de perus (88,3% da produção) e de coelhos (80,3% da produção), assim como ao beneficiamento da cera (100% da produção) e do mel de abelha (59,2% da produção) e à produção de leite de vaca (53,7% da produção).

Gráfico 3 – Participação da agricultura familiar e não familiar nos rebanhos e principais produtos da pecuária de Alagoas – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Notas: * quantidade em mil cabeças; ** quantidade produzida de leite (Mil litros); *** quantidade vendida de leite (Mil litros); **** quantidade produzida de ovos (Mil dúzias); ***** quantidade vendida em toneladas.

A agricultura familiar desenvolve, também, produtos da agroindústria rural (Tabela 5). Destacam-se, em termos de número de estabelecimentos agropecuários (em percentual) as produções agroindustriais de: carne tratada (de sol, salgas), representando 100% dos estabelecimentos deste segmento (4 estabelecimentos familiares); fumo em rolo ou corda, represen-

tando 88,4% dos estabelecimentos deste segmento (4.855 estabelecimentos familiares); e farinha de mandioca, representando 88,3% dos estabelecimentos deste segmento (3.575 estabelecimentos familiares). Ressalte-se que, dos 14 principais produtos agroindustriais rurais alagoanos, 11 têm na agricultura familiar o seu principal produtor.

Tabela 5 – Principais produtos da agroindústria rural da agricultura familiar e não familiar em Alagoas (2017)

Produtos da agroindústria rural	Estabelecimentos agropecuários familiares (N), produção (toneladas) e valor produção (R\$ mil)											
	Agricultura familiar						Agricultura não familiar					
	N		Toneladas		R\$ Mil		N		Toneladas		R\$ Mil	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Aguardente de cana*	4	57,1	25	27,5	249	16,7	3	42,9	66	72,5	1.245	83,3
Doces e geleias	95	84,8	16	84,2	154	79,4	17	15,2	3	15,8	40	20,6

Produtos da agroindústria rural	Estabelecimentos agropecuários familiares (N), produção (toneladas) e valor produção (R\$ mil)											
	Agricultura familiar						Agricultura não familiar					
	N		Toneladas		R\$ Mil		N		Toneladas		R\$ Mil	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Farinha de mandioca	3.575	88,3	4.353	83,7	10.640	83,5	472	11,7	850	16,3	2.100	16,5
Fubá de milho	10	71,4	24	72,7	122	92,4	4	28,6	9	27,3	10	7,6
Fumo em rolo ou corda	4.855	88,4	4.912	82,8	28.327	82,5	639	11,6	1.021	17,2	5.995	17,5
Pães, bolos e biscoitos	37	74	63	90	238	78	13	26	7	10	67	22
Polpa de frutas	26	68,4	23	4,8	139	7,2	12	31,6	457	95,2	1.786	92,8
Queijo e requeijão	198	82,5	1.029	87,1	12.064	84,7	42	17,5	153	12,9	2.180	15,3
Carne de bovinos (verde)	14	56	95	51,9	1.147	49,5	11	44	88	48,1	1.172	50,5
Carne de suínos (verde)	52	86,7	42	89,4	485	88,2	8	13,3	5	10,6	65	11,8
Carne de outros animais (verde)	30	83,3	29	93,5	401	92,4	6	16,7	2	6,5	33	7,6
Carne tratada (de sol, salgada)	4	100	4	100	72	100	0	0	0	0	0	0
Outros produtos	73	71,6	178	1,4	2.663	16,3	29	28,4	12.264	98,6	13.668	83,7
Goma ou tapioca	119	72,1	350	89,7	1.194	87,7	46	27,9	40	10,3	168	12,3

Fonte: Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: * quantidade em mil litro.

Cabe mencionar, que com maior incentivo governamental poderia haver expansão ou desenvolvimento de algumas atividades agroindustriais que produziriam importantes retornos socioeconômicos à agricultura familiar, principalmente, aquela localizada no Semiárido Alagoano. Por exemplo, o município de Arapiraca encontra-se no Semiárido Alagoano, sendo considerado um dos principais produtores de fumo em rolo ou corda. Este segmento obteve um valor de produção para a agricultura familiar na cifra de R\$ 28.327 milhões. Outro segmento importante é o da produção de queijo e requeijão, cujos principais municípios produtores localizam-se no Semiárido Alagoano (Bacia Leiteira) e que obteve um valor de produção para a agricultura familiar na cifra de R\$ 12.064 milhões.

Associados à produção agropecuária citada nesta seção, a produção agropecuária orgânica e o meio ambiente são elementos importantes para a agricultura familiar alagoana. Deste modo, a próxima seção apresenta e debate aspectos ligados a estes elementos.

5 AGROPECUÁRIA ORGÂNICA FAMILIAR E MEIO AMBIENTE

A questão ambiental é um fator importante para o desenvolvimento produtivo e socioeconômico do rural, conforme discutido na segunda seção deste artigo. Em Alagoas, a questão ambiental apresenta-se, recentemente, como uma dimensão necessária ao desenvolvimento das atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas, assim como, para o desenvolvimento rural. Todavia, esta visão não é compartilhada ou seguida por todos os agricultores, inclusive os familiares.

Por exemplo, Carvalho (2009) expõe que a produção canavieira poluiu os rios da Zona Canavieira e que o complexo lagunar degradou os solos, desmatou sistematicamente e poluiu a atmosfera, devido às queimadas que ainda são realizadas. Para se ter ideia, existem apenas 2% de Mata Atlântica preservados em Alagoas. Inclusive, Diegues Junior (2006) expõe que já no século XVIII a expansão agrícola, junto à construção de navios, da demanda por infraestrutura habitacional e dos estabelecimentos agropecuários, dos engenhos e do consumo de lenha, estava propiciando rápida degradação das matas e florestas alagoanas.

Associado a este contexto, Veras (2011) explica que a agricultura praticamente dizimou as matas naturais em Alagoas, desde o Bioma Caatinga à Mata Atlântica. Para este autor, os agricultores familiares tiveram uma boa parcela de responsabilidade nesse processo, pois devastaram a cobertura vegetal natural com o objetivo de expandir sua área de cultivo ou para vender e consumir a madeira, buscando sua sobrevivência.

As informações do Censo Agropecuário 2017, de alguma forma, corroboram essas afirmações. Apesar de 77,01% dos estabelecimentos familiares (63.433 estabelecimentos) contarem com algum tipo de recursos hídricos, ainda há um viés tendendo a não proteção das matas, importantes para a manutenção desses recursos hídricos. Assim, dos estabelecimentos familiares que possuem algum tipo de recursos hídricos, apenas 4.649 (7,33%) têm nascentes protegidas por matas, enquanto 7.091 (11,18%) possuem nascentes sem a proteção de matas. Já 8.005 estabelecimentos (12,62%) detêm rios ou riachos que são protegidos por matas. Por outro lado, 13.414 estabelecimentos (21,15%) detêm rios e riachos que não são protegidos por matas (IBGE/SIDRA, 2019).

Ressalta-se que atualmente as atividades de proteção/conservação dos recursos hídricos no rural podem (na verdade devem) ser remuneradas, pois representam um serviço ambiental prestado pelo agricultor. Inclusive, no Brasil, existem diversas experiências de remuneração desses serviços ambientais, sejam pagos por instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

Além disso, dos 82.369 estabelecimentos agropecuários familiares, 5.717 (6,94%) possuem matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, correspondendo a 23.618 hectares. Outros 1.222 estabelecimentos familiares (1,48%) possuem matas e/ou florestas naturais, totalizando 5.161 hectares. Observou-se, ainda, que 351 estabelecimentos familiares (0,43%) detêm florestas plantadas, cuja área corresponde a 607 hectares. Ainda, foi observado que a agricultura familiar, disponibiliza: (i) 5.220 hectares para a proteção e/ou conservação de encostas; (ii) 4.049 hectares são utilizados para a recuperação de mata ciliar; (iii) 6.004 hectares são utilizados para re-

florestamento para proteção de nascentes; (iv) 2.459 hectares são utilizados para manejo florestal (IBGE/SIDRA, 2019).

Assim, em Alagoas falta mais incentivo, seja decorrente de cobrança dos consumidores ou, principalmente, de políticas de fomento por parte dos gestores públicos para que a agricultura familiar preserve os recursos naturais (BARBOSA, 2007). Este incentivo e fomento poderiam possibilitar um reposicionamento de alguns agricultores em mercados mais lucrativos, como o orgânico, ou recebendo novas rendas ligadas a serviços ambientais, como poderia melhorar a qualidade de vida da população local por meio da manutenção da paisagem e dos recursos naturais locais (rios, lagos, matas e florestas) e conservação da fauna. Isto poderia representar uma redução de demanda por insumos produtivos devido a possíveis melhorias no equilíbrio ecossistêmico (ALTIERI, 2004, BARBOSA, 2013).

Neste contexto, verificou-se que 3.137 estabelecimentos familiares (3,83%) desenvolvem sistemas agroflorestais (área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais), totalizando 19.365 hectares. Observou-se, também, o desenvolvimento da agricultura e/ou pecuária orgânica pelos estabelecimentos familiares, contudo, ainda em um percentual muito baixo. Neste sentido, foram observados que 3,35% dos estabelecimentos familiares manejam seus sistemas produtivos seguindo a premissa da agricultura e/ou pecuária orgânica. São apenas 2.762 estabelecimentos, um contingente muito baixo frente ao potencial que detém o Estado (IBGE/SIDRA, 2019).

Este manejo ocorre da seguinte forma nos estabelecimentos familiares alagoanos: produção vegetal – desenvolvido em 74,51% dos estabelecimentos (ou em 2.058 estabelecimentos); produção animal – manejado em 10,57% dos estabelecimentos (ou em 292 estabelecimentos); e produção vegetal e animal – desenvolvido em 14,92% dos estabelecimentos (ou em 412 estabelecimentos) (IBGE/SIDRA, 2019).

Quanto à faixa etária do agricultor que pratica a agricultura e/ou pecuária orgânica na unidade familiar, observou-se que na maioria dos estabelecimentos familiares (1.870 estabelecimentos, ou 67,71%) o agricultor tem acima

de 45 anos de idade. Por outro lado, em apenas 75 estabelecimentos familiares (2,72%), o agricultor está na faixa idade inferior a 25 anos. Deste modo, foi verificado que: (i) 300 estabelecimentos familiares (10,86%) o agricultor tem idade entre 25 a menos de 35 anos; (ii) 517 estabelecimentos familiares (18,72%) o agricultor tem idade entre 35 a menos de 45 anos; (iii) 662 estabelecimentos familiares (23,97%) o agricultor tem idade entre 45 a menos de 55 anos; (iv) 608 estabelecimentos familiares (22,01%) o agricultor possui idade entre 55 a menos de 65 anos; (v) 420 estabelecimentos familiares (15,21%) o agricultor possui idade entre 65 a menos de 75 anos; e (vi) 180 estabelecimentos familiares (6,52%) o agricultor possui idade acima de 75 anos (IBGE/SIDRA, 2019).

Pode ser notado que a prática da organocultura é desenvolvida, em sua maioria, por agricultores mais velhos. Isso, por sua vez, pode dificultar o desenvolvimento desse sistema produtivo a longo prazo, caso não haja sucessão familiar nos estabelecimentos agropecuários.

Nota-se, portanto, que ainda há um longo caminho a ser percorrido pela agricultura familiar em Alagoas para tornar-se sustentável, tanto ecologicamente quanto economicamente, uma vez que as degradações ambientais incidem diretamente sobre a viabilidade produtiva e econômica dos estabelecimentos agropecuários. Contudo, o quadro observado não está restrito apenas à agricultura familiar; a não familiar, da mesma forma, não apresenta níveis de proteção e conservação ambiental que a elevem à condição de sustentável. Desta forma, é necessário que as instituições, seja pública, privada ou do terceiro setor, atuem com mais ênfase, incentivem e fomentem uma mudança paradigmática da agricultura alagoana, rumo a uma situação de sustentabilidade. Principalmente porque, conforme Barbosa (2013), a sustentabilidade pode significar novas oportunidades econômicas para os agricultores familiares e para a economia local, como tem sido observado em outras localidades no Brasil, uma vez que novos mercados são abertos, tais como: ecoturismo, turismo rural, serviços ambientais, agroenergia e energias renováveis, dentre outras.

Em conjunto com a discussão sobre a produção agropecuária e sobre as questões ambientais,

a ocupação da mão de obra constitui-se em um fator importante para a análise e desenvolvimento dos estabelecimentos agropecuários alagoanos. Assim, a próxima seção apresenta e debate aspectos ligados à ocupação da mão de obra.

6 PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA FAMILIAR

A ocupação da mão de obra nos estabelecimentos agropecuários alagoanos é um fator importante de análise, principalmente, no que se refere à agricultura familiar. Isto se deve ao fato de que a forma de ocupação da mão de obra nesse segmento poderá interferir diretamente na continuidade do estabelecimento rural, seja devido à transição hereditária ou à forma de gestão que será adotado pelo sucessor do negócio rural.

Neste sentido, a observação das características de gênero nos estabelecimentos é importante. Veja-se que os dados do último Censo (Tabela 6) mostram que das 326.913 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, 243.434 pessoas são do sexo masculino (74,5% da mão de obra ocupada) e 83.479 pessoas são do sexo feminino (25,5% da mão de obra ocupada). Em relação ao Censo Agropecuário 2006, houve pequena redução da participação das mulheres (2,4%) no contingente de pessoas ocupadas nesses estabelecimentos.

Essa redução pode ser derivada de uma maior participação das mulheres em ocupação fora do estabelecimento agropecuário, desde sua alocação no mercado de trabalho urbano formal e informal ao desenvolvimento de outras atividades produtivas interligadas à produção agropecuária, como a agroindustrialização ou comercialização dos produtos, assim como, desenvolvendo atividades não-agrícolas. Também pode ser uma consequência de importantes programas sociais como o Bolsa Família, que gera incremento na renda familiar, permitindo um reposicionamento da mão de obra feminina para outras alocações, produtivas ou não. Assim, torna-se importante a realização de estudos para detectar, quais foram os motivos que levaram a esta pequena redução da participação das mulheres no contingente de pessoal ocupado em atividades agropecuária nos estabelecimentos.

Tabela 6 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com menos de 14 anos e com mais de 14 anos, por sexo, em Alagoas (2017)

Tipo de pessoal ocupado	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (número de pessoas)								
	Agricultura (total)			Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	326.913	243.434	83.479	227.115	156.423	70.692	99.798	87.011	12.787
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (com 14 anos e mais)	318.191	238.238	79.953	219.832	152.196	67.636	98.359	86.042	12.317
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (com menos de 14 anos)	8.722	5.196	3.526	7.283	4.227	3.056	1.439	969	470

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Outro fato observado, foi que do pessoal ocupado em atividades agropecuárias nos estabelecimentos, 8.722 pessoas detinham menos de 14 anos de idade (2,7% da mão de obra ocupada). Veras (2011) explica que a inserção de mão de obra infantojuvenil não é recente nas atividades laborais na agropecuária alagoana. Para o autor, esta ocupação é realizada desde tempos remotos na produção da vida material, apresentando-se como uma forma de ‘contribuição’ ao núcleo familiar. Todavia, comparando a situação atual com a apresentada por Veras, nota-se expressiva redução da utilização da mão de obra de pessoas com idade abaixo dos 14 anos nas atividades agropecuárias. Veras (2011) expõe que no Censo Agropecuário 2006, 21.992 pessoas com menos de 14 anos exerciam atividades agropecuárias nos estabelecimentos rurais alagoanos, sendo que 91,8% destas pessoas exerciam suas atividades em estabelecimentos familiares, uma redução de 152,1% em 11 anos.

No caso da agricultura familiar, verifica-se na Tabela 7, que 227.115 pessoas estão ocupadas em atividades agropecuária nos estabelecimentos (69,5% da mão de obra ocupada). Assim, nota-se que a agricultura familiar continua ocupando a maior parcela da mão de obra que desenvolve atividades agropecuárias em estabelecimentos rurais. Deste contingente, 156.423 pessoas são do sexo masculino (68,9% da mão

de obra ocupada) e 70.692 do sexo feminino (31,1% da mão de obra ocupada).

Foi observado, também, que a maior parte do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários possui laço de parentesco com o produtor. São 225.604 pessoas com esta característica, ou seja, 69% das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias nos estabelecimentos alagoanos. Além disso, verifica-se que a maior quantidade de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários que possui laço de parentesco com o produtor encontra-se na agricultura familiar. São 193.739 pessoas com esta característica, ou seja, 85,9% das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias nos estabelecimentos (Tabela 7).

No âmbito da agricultura familiar, o maior contingente de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários possui laço de parentesco com o produtor, são 193.739 pessoas ocupadas com esta característica (ou 85,3% da mão de obra ocupada). Nada de novo no contexto da agricultura familiar. Por outro lado, no que se refere ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários sem laço de parentesco com o produtor, predomina na agricultura familiar alagoana a utilização de mão de obra temporária. Foram 28.586 pessoas ocupadas em atividades agropecuárias nos estabelecimentos com esta característica, ou seja, 85,6% das pessoas ocupadas (Tabela 7).

Tabela 7 – Pessoal ocupado em atividades agropecuárias, por tipo de pessoal ocupado e sexo, em Alagoas (2017)

Tipo de pessoal ocupado	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (número de pessoas)								
	Agricultura (total)			Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	326.913	243.434	83.479	227.115	156.423	70.692	99.798	87.011	12.787
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço de parentesco com o produtor	225.604	147.186	78.418	193.739	125.161	68.578	31.865	22.025	9.840
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários sem laço de parentesco com o produtor	101.309	96.248	5.061	33.376	31.262	2.114	67.933	64.986	2.947
Permanentes	34.992	32.297	2.695	4.285	3.277	1.008	30.707	29.020	1.687
Temporários	61.815	59.761	2.054	28.586	27.524	1.062	33.229	32.237	992
Parceiros	4.502	4.190	312	505	461	44	3.997	3.729	268

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Assim, verifica-se uma mudança no cenário de pessoal ocupado em atividades agropecuárias nos estabelecimentos alagoanos, ao tempo que se observa a continuidade da importância que a agricultura familiar detém para a ocupação da mão de obra no ambiente rural, no que se refere ao desenvolvimento de atividades agropecuárias. Todavia, percebe-se que a agricultura familiar ainda detém espaço para absorção de mão de obra, seja no desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas ou não-agrícolas. Ou seja, há um espaço para expansão na geração de emprego e renda no rural alagoano, principalmente, na agricultura familiar.

Em relação à geração de renda, e sobre a movimentação financeira dos estabelecimentos agropecuários alagoanos, é feita uma discussão na próxima seção.

7 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E RENDA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS FAMILIARES

A presente seção aborda aspectos financeiros e de renda da agricultura familiar alagoana. Em relação ao Valor Total da Produção (VTP), nota-se que os 79.410 estabelecimentos familiares alagoanos (84% dos estabelecimentos) produzem um VTP de R\$ 705.523 milhões, representando 27,5% do VTP da agropecuária alagoana. Obtém, ainda, um VTP médio de R\$ 8,88 mil, uma diferença expressiva quando comparada ao VTP médio da agricultura não familiar, R\$ 123,28 mil (Tabela 8).

Tabela 8 – Participação dos agricultores familiares e não familiares no Valor Total da Produção (VTP) da agropecuária em Alagoas (2017)

Tipo de agricultura	Estabelecimentos agropecuários com produção	%	Valor Total da Produção (VTP) (Mil Reais)	%	VTP Médio (Mil Reais)
Familiar	79.410	84,0	705.523	27,5	8,88
Não Familiar	15.103	16,0	1.861.897	72,5	123,28
Total	94.513	100,0	2.567.420	100,0	27,16

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Ocorre que, como observado acima, é preciso incentivar e fomentar mais a agricultura familiar, não na perspectiva de um incremento extraordinário do seu VTP, que seria muito bom, mas para que mais agricultores familiares possam contribuir para o incremento do VTP, sem esquecer de fortalecer os que já vêm contribuindo. Para isto, se fazem necessários mais investimentos em orientação técnica, em incentivo à inserção mercadológica, principalmente,

em mercados de proximidade e nos mercados institucionais que contribuem bastante para melhorar os níveis de segurança alimentar.

Relativamente ao financiamento, a distribuição quanto à finalidade é apresentada na Tabela 9. Nota-se que os investimentos são a principal finalidade do crédito obtido pela agricultura familiar alagoana (73,32% dos estabelecimentos); outros 27,59% contraem financiamento para custeio.

Tabela 9 – Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento por finalidade do financiamento em Alagoas (2017)

Finalidade do financiamento	Tipologia de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento					
	Total		Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Número absoluto	%
Investimento	8.772	73,53	1.336	74,72	7.436	73,32
Custeio	3.338	27,98	540	30,20	2.798	27,59
Comercialização	322	2,70	56	3,13	266	2,62
Manutenção do estabelecimento	1.933	16,20	258	14,43	1.675	16,52
Total de Estabelecimentos Agropecuários	11.930	-	1.788	-	10.142	-

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

No entanto, observa-se que ainda é limitado o acesso ao crédito rural no Estado. Apenas 11.930, dos 98.542 estabelecimentos agropecuários alagoanos obtiveram financiamento, ou seja, 12,11% do total de estabelecimentos. Por outro lado, 86.612 estabelecimentos agropecuários alagoanos não obtiveram financiamento, ou seja, 87,89% do total de estabelecimentos. No caso dos estabelecimentos familiares, predomina a situação de não obtenção de financiamento, uma vez que 72.227 estabelecimentos familiares estão nessa situação, ou seja, 87,69% dos estabelecimentos desta categoria não obtiveram financiamento. Contudo, a agricultura não familiar também detém a mesma característica, pois 14.385 estabelecimentos não familiares não obtiveram financiamento, representando 88,94% dos estabelecimentos desta categoria (IBGE/SIDRA, 2019).

Este cenário não se restringe ao período atual. No Censo Agropecuário 2006, segundo a Se-

cretaria de Planejamento de Alagoas (ALAGOAS, 2016, p. 25)

[...] mesmo os produtos diversificados e a rede de atendimento estabelecida dos mecanismos mais conhecidos, como o Pronaf, Agroamigo ou os sistemas cooperativos implantados em vários municípios, ainda são insuficientes para atender ao conjunto de produtores rurais de Alagoas.

Isto gera um entrave para o desenvolvimento rural do Estado, pois constitui-se numa barreira à expansão e melhoria dos sistemas produtivos agrícolas e não-agrícolas.

Assim, o pouco acesso ao sistema financeiro para fomentar as atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas pode se apresentar como uma lógica incompatível com o atual ambiente econômico, principalmente, para os agricultores familiares que vislumbram seus estabelecimentos enquanto empreendimento agrícola familiar que, de acordo com a Secretaria de Pla-

nejamento Estadual, têm “[...] necessidade de crédito para suas atividades regulares (custeio, investimento, comercialização, manutenção da unidade). Os motivos apresentados revelam as dificuldades reais dos produtores rurais, como também a ausência de um forte e diversificado sistema financeiro para atender a essa demanda” (ALAGOAS, 2016, p. 24).

Em relação às receitas obtidas nos estabelecimentos familiares, somaram a cifra de R\$ 599.543 milhões, o equivalente a 29,24% do valor das receitas totais dos estabelecimentos agropecuários alagoanos (em torno de R\$ 2,05 bilhões). Ainda no que concerne as estas receitas obtidas pela a agricultura familiar, o retorno é proveniente de três grupos de receitas: produção dos estabelecimentos; outras receitas dos estabelecimentos; e outras receitas do produtor (IBGE/SIDRA, 2019).

Os estabelecimentos familiares obtiveram uma receita proveniente de sua produção no valor de R\$ 570.572 milhões. Importante mencionar que a receita proveniente dos produtos da agroindústria produzidos nos estabelecimentos familiares representou apenas 6,10% do valor obtido (ou seja, uma receita de R\$ 34.783 milhões) (IBGE/SIDRA, 2019). Assim, se faz necessário pensar em mais fomento e incentivo deste tipo de atividade produtiva que agrega valor ao produto e tende a gerar um retorno econômico maior para os estabelecimentos rurais.

O grupo “Outras receitas dos estabelecimentos” foi responsável pela geração de R\$ 28.975 milhões de receitas nos estabelecimentos familiares. Aqui cabe destacar dois tipos de receitas componentes deste grupo: a proveniente do Serviço de turismo rural e a da Atividade de artesanato, tecelagem etc. Elas renderam aos estabelecimentos rurais um retorno financeiro no valor de R\$ 103 mil (0,36% do valor total obtido neste grupo pelos estabelecimentos familiares) e R\$ 318 mil (1,1% do valor total obtido neste grupo pelos estabelecimentos familiares), respectivamente (IBGE/SIDRA, 2019). Novamente, cabe salientar, que estas são atividades importantes para incrementar renda nos estabelecimentos rurais e que vêm se expandido no rural alagoano, principalmente, nos últimos 10 anos, com o somatório de políticas públicas dos entes governamentais para a dinamização

do turismo nas regiões interioranas/rurais de Alagoas e do fomento ao artesanato (incentivo à economia criativa).

No que se refere ao grupo “Outras receitas do produtor”, vale destacar os valores advindos do Recebimento de pagamento por serviços ambientais (Bolsa Verde e Programas Estaduais) para a agricultura familiar. Apesar de ter gerado R\$ 433 mil (representado 0,07% do valor total obtido neste grupo pelos estabelecimentos familiares) ele tem uma importância para a conservação ambiental em Alagoas, além de ser uma ferramenta de indução/incentivo à conservação/preservação ambiental nos estabelecimentos familiares (IBGE/SIDRA, 2019).

Todavia, a maior receita obtida nesse grupo foi a proveniente de Recursos de aposentadorias ou pensões, R\$ 506.784 milhões, representando 82,19% do valor total obtido neste grupo pelos estabelecimentos familiares (IBGE/SIDRA, 2019). Esses recursos são os maiores valores (receitas) obtidos pelos estabelecimentos rurais familiares entre os observados, apontando que há grande dependência de recursos provenientes de aposentadorias e pensões, em detrimento dos recursos provenientes de renda produtiva.

Diante do contexto apresentado, apesar do serviço de turismo rural; da atividade de artesanato, tecelagem, etc.; e do recebimento de pagamento por serviços ambientais (Bolsa Verde e Programas Estaduais) não figurarem entre as principais receitas obtidas, apontam que o Estado de Alagoas detém potencial para desenvolver esses segmentos, principalmente, no contexto da agricultura familiar, como observado em outras Unidades da Federação que vêm utilizando estes segmentos como novas estratégias de fomento ao desenvolvimento rural.

Associado à análise das rendas obtidas com as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários familiares, observa-se que para 25.847 estabelecimentos (31,4% dos estabelecimentos) a renda obtida com as atividades desenvolvidas internamente é maior que as outras rendas (Tabela 10). Já para 41.284 estabelecimentos familiares (50,12%), o destino principal da produção agropecuária é o consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor. Além disso, 41.085 estabelecimentos familiares (49,88%) têm como destino principal da produção

agropecuária nos estabelecimentos a comercialização da produção (inclusive troca ou escambo).

Interessante observar que 50,12% dos estabelecimentos agropecuários familiares detêm como destino principal a produção agropecuária para o autoconsumo do núcleo familiar dos agricultores e de seus parentes. Esse fato é importante quando se pensa em segurança alimentar. Além disso, representa entrada financeira via contabilização de

renda não monetária. Contudo, devem ser fomentadas iniciativas de inserção dos agricultores familiares no sistema comercial, seja nos mercados de proximidade ou nos mercados institucionais, ou em formas alternativas de comercialização, pois isto tende a gerar incremento financeiro e pode proporcionar maior autonomia para os agricultores, principalmente, quando associado à prática do autoconsumo.

Tabela 10 – Relação Renda obtida com as atividades desenvolvidas e Finalidade principal da produção agropecuária nos estabelecimentos agropecuários familiares em Alagoas (2017)

Renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento agropecuário	Finalidade principal da produção agropecuária do estabelecimento					
	Agricultura (total)			Agricultura familiar		
	Total	Consumo próprio e de pessoas com laços de parentesco com o produtor	Comercialização da produção (inclusive troca ou escambo)	Total	Consumo próprio e de pessoas com laços de parentesco com o produtor	Comercialização da produção (inclusive troca ou escambo)
Maior que as outras rendas obtidas pelo produtor - sim	29.581	8.392	21.189	25.847	7.521	18.326
Maior que as outras rendas obtidas pelo produtor - não	68.781	39.599	29.182	56.522	33.763	22.759
Total de Estabelecimentos Agropecuários	98.542	47.991	50.551	82.369	41.284	41.085

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Por fim, uma análise interessante sobre a renda obtida pelos estabelecimentos familiares refere-se à relação entre renda obtida com as atividades desenvolvidas com a finalidade principal da produção agropecuária no estabelecimento familiar. Ao analisar a Tabela 10 percebe-se que a renda das atividades agropecuárias desenvolvidas em 40,99% dos estabelecimentos familiares é menor que as outras rendas obtidas, porém com destino principal voltado ao consumo próprio e de pessoas com laços de parentesco com o produtor. Assim, é possível notar que esses estabelecimentos familiares organizam suas estratégias reprodutivas associando o recebimento de renda via obtenção de receitas monetárias e não monetárias.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto exposto, a partir da abordagem teórica e das informações obtidas do

Censo Agropecuário 2017 sobre o Estado de Alagoas, é possível vislumbrar que há no rural alagoano elementos que podem conduzir a agricultura familiar a novos horizontes socioprodutivos e socioeconômicos.

Como visto, a agricultura familiar apresenta uma importância significativa na produção agrícola, na pecuária e na produção agroindustrial rural, bem como, no desenvolvimento de outras atividades produtivas. Também, gera um significativo Valor Total da Produção, bem como, é responsável por gerar ocupação e renda.

Entretanto, observou-se que a agricultura familiar está aquém de seu potencial produtivo em Alagoas, muito disso, podendo ser derivado do pouco acesso a assistência técnica e financiamentos. Talvez, isto seja decorrente da lógica reprodutiva, hoje vigorante no ambiente rural e para a agricultura familiar alagoana, a qual vislumbra apenas recursos necessários para atuar

em sistemas agroalimentares localizados, sendo que tal lógica, ainda ocorre de maneira muito incipiente e falha. Todavia, foram observadas fragilidades quanto a incentivos e fomentos governamentais para a situação dos agricultores familiares que almejam acessar outra lógica reprodutiva: extrapolar os limites dos sistemas agroalimentares locais.

Isto por sua vez, reflete, também, sobre os recursos naturais existentes nos estabelecimentos familiares que sofrem pressão e impactos negativos, pois são degradados para que possam suprir as necessidades produtivas dos agricultores familiares. Isto, por sua vez, pode estar impactando os níveis de produção e renda dos agricultores familiares devido aos desequilíbrios gerados sobre os agroecossistemas, ao tempo que poderiam constituir-se em recursos para o desenvolvimento de novas atividades produtivas, ou remuneratórias, como o turismo rural ou a prestação de serviços ambientais.

Portanto, a partir das informações do Censo Agropecuário 2017, apresentadas e debatidas neste artigo, conclui-se que a agricultura familiar alagoana detém grande importância para a economia do Estado de Alagoas. Contudo, faltam investimentos e incentivos para que os agricultores acessem ou ampliem sua participação nos novos mercados que emergiram no ambiente rural brasileiro nos últimos 20 anos. Esta participação não se refere, apenas, à ampliação comercial ou produtiva para ser alocada em cadeias produtivas dinâmicas ou circuitos comerciais longos, mas que se efetive na implantação e no fortalecimento de sistemas produtivos localizados, desde mercados de proximidade, passando pelos mercados institucionais e alcançando o desenvolvimento de atrativos turísticos locais, principalmente, em regiões atualmente marginalizadas como o Semiárido Alagoano.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre a agricultura familiar em Alagoas**. Maceió: Seplag, 2016.
- ALENTEJANO, P. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 149-178.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BARBOSA, L. C. B. G. **A comercialização de produtos orgânicos como alternativa para a geração de sustentabilidade aos agricultores familiares**. 260f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, 2007.
- _____. **A pluriatividade na agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural**. 292 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BATALHA, M. O.; LAGO DA SILVA, A. Gerenciamento de sistemas agroindustriais. In. BATALHA, Mário Otávio (coord.). **Gestão agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 23-63.
- BRASIL. **Decreto nº 9.064**, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em: 05 mai. 2020.
- BUAINAIN, A. M. et. al. Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira. In. SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 13-41.

CARVALHO, C. P. O. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2019.

CARNEIRO, M J. Pluriatividade da agricultura familiar no Brasil: uma reflexão crítica. In SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 167-188).

DIÉGUES JÚNIOR, M. **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana-de-açúcar na vida e na cultura regional**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2006.

ETGES, V. E. O espaço rural no contexto da acumulação flexível. In. _____. **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001, p. 131-139.

FEIJÓ, R. L. C. **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HESPANHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 81-94.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acessado em: 15 jan. 2020.

LIRA, F. J. **A formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

TEDESCO, J. C.; VIEIRA, G. Z. Velhas práticas, novas linguagens em horizontes mercantis. In. TEDESCO, J. C. (org). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre; EST, 2006, p. 17-31.

VERAS, E. C. Agricultura familiar em Alagoas: elementos para discussão. In VERAS, E. C.; AMARAL, M. V. B. (orgs.). **Capital x trabalho no campo: questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético**. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 85-112.